

Estudo

Perfil do Afroempreendedor no Distrito Federal

codeplan
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de
Planejamento,
Orçamento e Gestão


Governo do Distrito Federal

Perfil do Afroempreendedor no Distrito Federal

Brasília-DF, novembro de 2016

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**
Leany Barreiro de Sousa Lemos
Secretária

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente

Aldo Paviani
Diretor Administrativo e Financeiro - respondendo

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Ana Maria Nogales Vasconcelos
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Aldo Paviani
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

EQUIPE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - DIPOS

Ana Maria Nogales Vasconcelos - Diretora

Larissa Maria Nocko

Pesquisadora da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan

Maria de Fátima Sobreira Rolim

Pesquisadora da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan

Thiago Mendes Rosa

Pesquisador da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan

Pedro Meirelles Nemrod Guimarães

Estagiário da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan

Revisão e copidesque

Nilva Rios

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. BREVE PERCEPÇÃO HISTÓRICA.....	9
3. NO QUE CONSISTE O EMPREENDEDORISMO?	12
4. METODOLOGIA.....	15
5. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	18
6. ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO.....	22
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXOS	35

1. INTRODUÇÃO

O contínuo processo de inovação promovido pela atividade empreendedora tem relação direta com a disposição de determinados indivíduos em assumirem riscos financeiros, psicológicos e sociais, bem como dedicar o esforço necessário para criar algo diferente e com valor (Hisrich, Peters, Shepherd, 2014), ao mesmo tempo que está intimamente relacionado ao desenvolvimento econômico local, do ponto de vista do aumento dos investimentos. Quando os indivíduos não possuem os devidos incentivos, ou os retornos dessas atividades são restringidos, a atividade econômica percebe seus efeitos. Alguns desses desincentivos são heranças culturais presentes na sociedade e refletidas nas atividades econômicas. Nesse sentido, tornam-se necessárias políticas públicas que estabeleçam o equilíbrio das oportunidades de escolha e que, adicionalmente, sejam refletidas no desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

Partindo desse entendimento, são elaboradas medidas como a Lei nº 5447, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Programa Afroempreendedor¹, com o objetivo de desenvolver, entre outros pontos, estratégias e ações para o fortalecimento e o desenvolvimento dos empreendedores afro-brasileiros nos diversos segmentos econômicos do Distrito Federal. A concretização dessas ações, no entanto, requer um mapeamento do perfil étnico-racial-empendedor para a melhor efetividade e adequação dessas políticas.

É nesse sentido que este estudo é desenvolvido, como subsídio à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH), para embasar a promoção do empreendedorismo voltado à população negra do Distrito Federal. Assim, pretende-se traçar um perfil do afroempreendedor, tomando como base três pesquisas domiciliares que capturam diferentes aspectos sobre o mercado de trabalho no Distrito Federal: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Um dos principais desafios dessa análise consiste na operacionalização do conceito de empreendedorismo nas pesquisas domiciliares, ou seja, como identificar, a partir das variáveis coletadas por essas pesquisas, o indivíduo empreendedor. A estratégia de análise adotada foi considerar outras categorias que pudessem traduzir, de maneira mais próxima, esse conceito. O fato de possuir um empreendimento – de qualquer tamanho – e o seu grau de formalização guiaram a identificação e caracterização do indivíduo empreendedor. Com base nessa abordagem metodológica, os dados evidenciam uma realidade extremamente heterogênea entre aqueles identificados como empreendedores e sugerem dois perfis: *i*) aqueles que empreendem pela inovação e criatividade e estão formalmente inseridos no mercado de trabalho, como sugerido pela literatura; e *ii*) aqueles que empreendem pela necessidade e sobrevivência, e que se encontram na informalidade e, por isso, podem estar em situação de vulnerabilidade.

Assim, dados os seus desafios e na intenção de fornecer a maior pauta de informações disponível, este trabalho é composto por duas etapas, sendo a primeira

¹ “Para fins deste Decreto, considera-se *afroempreendedor* o brasileiro afrodescendente que conduz empresa ou empreendimento”.
(Decreto nº 36.680 que institui o Programa Afroempreendedor e dá outras providências)

conceitual e a segunda baseada nas pesquisas amostrais domiciliares. Inicialmente é feita uma breve contextualização das políticas étnico-raciais no Brasil, seguida pela conceituação de empreendedorismo, na qual é inserido o segmento afroempreendedor. Apresentados os conceitos e contextos em questão, a segunda etapa consiste em analisar aspectos demográficos, econômicos e sociais dos afroempreendedores no Distrito Federal.

2. BREVE PERCEPÇÃO HISTÓRICA

A Carta Magna de 1988 marcou um novo momento político voltado para a população afrodescendente no Brasil, ao mesmo tempo em que se comemorava o centenário da abolição da escravidão. O movimento cultural negro, movimentos estudantis, partidários e populares aproveitaram esse contexto para reivindicar políticas públicas mais inclusivas. Assim, o trabalho em condições análogas à escravidão passou a ser combatido com mais afinco, bem como o preconceito contra expressões e tradições culturais da raça. Essa mobilização da população negra foi responsável pela criminalização do racismo e pelo reconhecimento da diversidade cultural brasileira (Jaccoud, 2009).

A adesão do Brasil à Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2005, reforçou o comprometimento do Brasil com as questões de igualdade racial. Seu texto oficial afirma que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade e constitui patrimônio comum, a ser valorizado e cultivado, em benefício de todas as pessoas. Associada a essa convenção, estes aspectos foram reforçados com a participação do Brasil na *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*, ocorrida em Durban – África do Sul. Esse compromisso foi formalizado no item 32:

“Reconhecemos o valor e a diversidade do patrimônio cultural dos africanos e das pessoas de ascendência africana e afirmamos a importância e a necessidade de assegurar a sua completa integração na vida social, econômica e política a fim de facilitar a sua plena participação, a todos os níveis, nos processos decisórios”. (Procuradoria Geral da República, 2007).”

No final da década de 1990, os contextos econômico, social e político do país apresentavam um cenário preocupante, com altos níveis de desemprego e má distribuição de renda que culminaram no aumento de desigualdades e exclusão social de uma parcela da população, carente de condições financeiras e educacionais. Com as dificuldades geradas pelo incremento do desemprego, surgiram alternativas relacionadas ao empreendedorismo individual, bem como grupos comunitários e familiares, cooperativas, associações e outros, no sentido de viabilizar setores produtivos e eficientes voltados para a construção de uma economia solidária (Gallo *et al.*, 2001).

Nesse sentido, a economia solidária, para Lavelle (1994), em sua dimensão mais ampla, rompe modelos e padrões das relações sociais do trabalho e do poder a partir da formação de agentes organizados na base produtiva. A conquista destes atores na criação e comercialização de bens e serviços vem de oportunidades inovadoras que se baseiam em valores mais humanos, disseminação cultural e prática ambiental sustentável. Desta forma, a organização e a gestão solidária seguem princípios de equidade e justiça laboral assumindo atitude proativa e integrada à comunidade.

Já Paul Singer entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social:

“A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um

novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente..." (SINGER, 2000).

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, foi fruto de uma tentativa de favorecer a inclusão produtiva na última década, bem como de reduzir parte das desigualdades sociais. Nesse sentido, programas e projetos que abarcam o empreendedorismo como força capaz de retirar as pessoas da situação de risco, propiciando-lhes desenvolver suas capacidades e aptidões naturais, são de suma importância no contexto das políticas públicas. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (2013), as micro e pequenas empresas e empreendedores individuais se despontam como agentes estratégicos e transformadores de oportunidades, ocupando um papel de destaque como uma opção cada vez mais atraente e democrática de crescimento profissional, especialmente para os jovens e indivíduos à margem do mercado de trabalho.

Neste contexto, o afroempreendedorismo se apresenta mais forte com o projeto Brasil Afroempreendedor, criado em 2013, resultado da parceria entre o Instituto Adolpho Bauer (IAB), o Coletivo de Empresários e Empreendedores Negros de São Paulo (Ceabra) e o Sebrae, cujo objetivo é desenvolver e fortalecer este segmento. A contribuição produtiva desses empreendedores significa a geração de empregos e renda, com conseqüente elevação da melhoria da qualidade de vida, diminuição da exclusão social e a oferta de um valor social como forma de liberdade econômica e de empoderamento de uma raça (Nogueira, 2013).

A competitividade dos afroempreendedores é estruturalmente afetada por manifestações cotidianas de racismo e pela história de exclusão dos negros em relação a oportunidades de trabalho e formação escolar. Desse modo, esses fatores levam a uma conformação própria, limitando, por muitas vezes, as ambições e potencialidades, mesmo entre pessoas com grau de ensino elevado. Na questão de gênero, as mulheres são triplamente afetadas pelo contexto – ser mulher, negra e pobre. Em um mercado de concorrência acirrada, questões de raça e de gênero não deveriam ser critério de diferenciação de renda e de oportunidades, sobrepondo-se ao conjunto de competências, experiências e capacitação contínua (Sebrae, 2013).

A criatividade e a resiliência são tidas como características dos brasileiros que favorecem o empreendedorismo, mesmo em uma conjuntura econômica incerta (GEM, 2015). Por outro lado, entre as condições que o restringem estão as políticas inadequadas às necessidades dos empreendedores, como o excesso de burocracia, a elevada carga tributária, a falta de crédito, a precariedade na capacitação e na educação. No caso da educação, a precariedade se dá sobretudo nos níveis básico, fundamental e técnico, uma vez que, historicamente, a mão de obra concentra a sua formação nesses estágios e não contam com um enfoque ao empreendedorismo.

Contudo, diante das dificuldades que restringem o desenvolvimento do empreendedorismo brasileiro, também são gerados estímulos significativos, em geral a partir da criação de marcos legais, para a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial conexas às políticas culturais para a cultura negra. Um desses marcos pode ser representado pela criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR-PR) pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, a partir da qual se iniciou a atuação prioritariamente voltada para a salvaguarda da cultura afro-brasileira.

A SEPPIR-PR, órgão com *status* de Ministério, atua na transversalidade das políticas de enfrentamento ao racismo e na promoção da igualdade racial, em consonância com o Governo Federal. Ela dialoga com os Estados, Municípios e Distrito Federal para a

consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) e busca, sobretudo, a aplicação do Estatuto da Igualdade Racial, objeto da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, buscando o fortalecimento de políticas de promoção da igualdade racial em todo o território nacional.

Outro marco importante se deu com a criação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", além de outras providências. Um aspecto importante das políticas para a cultura negra está no Decreto Presidencial nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecendo, no Art. 3º:

“Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

O objetivo principal do decreto é promover o desenvolvimento sustentável dos povos tradicionais de comunidades remanescentes de quilombos e de matriz africana, indígenas, ciganos e pescadores, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (Brasil, 2007).

Por meio de uma parceria com o IAB e com o Ceabra, algumas ações de capacitação e desenvolvimento de atitudes empreendedoras vêm sendo promovidas, principalmente pelo Sebrae. Para o fortalecimento do afronegócio no país foram criados outros Ceabras nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em 1997, os Ceabras, integrando-se à experiência do Rio de Janeiro (do Círculo Olympio Marques, Colymar), iniciaram a formação de uma instituição nacional, objetivando a ampliação da intervenção e da participação das empresas afro-brasileiras. Com isso, foram criadas as bases da Associação Nacional dos Ceabras (Anceabra), que teve sua fundação em 16 de janeiro de 1999 (Sebrae, 2013).

Especificamente para o Distrito Federal, a temática ganha força a partir da Lei nº 5.447, de 12 de janeiro de 2015, e regulamentada pelo Decreto nº 36.680, de 18 de agosto de 2015, que institui o Programa Afroempreendedor na capital federal. Tal iniciativa visa a fortalecer o empreendedorismo focado na população negra, incentivando e fomentando iniciativas produtivas no âmbito da economia criativa, da economia solidária, cooperativismo e do setor de serviços.

3. NO QUE CONSISTE O EMPREENDEDORISMO?

Duas correntes do pensamento abordam o conceito de empreendedor de formas diferentes: os economistas o associam à inovação, enquanto os comportamentalistas se concentram nos aspectos criativo e intuitivo. Schumpeter (1934), economista austríaco, associou o empreendedorismo ao desenvolvimento econômico e mostrou como as ações inovadoras podem introduzir descontinuidades cíclicas na economia. Para o autor, os papéis centrais do empreendedor passaram, então, a fixar-se em três bases: a inovação, o assumir riscos e a permanente exposição da economia ao estado de desequilíbrio, rompendo-se a cada momento paradigmas que se encontravam estabelecidos. O autor dá ênfase ao papel e ao perfil do empreendedor para o processo de inovação das empresas e, a partir disso, para o desenvolvimento econômico. Segundo ele, o empreendedor é o responsável por introduzir novos bens e serviços, observar melhorias de qualidade de bens, novas maneiras de realizar processos, abertura de novos mercados. O empreendedor é o que destrói a economia existente para introduzir novos produtos e serviços, pela inovação das formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais. “O empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal, assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente”.

De acordo com Drucker (1992), existem sete fontes para uma oportunidade inovadora: o inesperado, uma contradição entre o que é e o que deveria ser, uma necessidade, uma mudança estrutural, mudanças demográficas, mudança na percepção e conhecimento científico novo.

Em grande parte das definições sobre empreendedor, um padrão de comportamento típico é observado: tomar decisão, organizar e reorganizar mecanismos sociais e econômicos a fim de transformar recursos e situações para proveito prático, aceitar o risco ou o fracasso (SHAPERO, 1975). A literatura descreve o empreendedor como figura essencial e imprescindível à evolução da humanidade na medida em que rompe barreiras comerciais e culturais, globalizando e encurtando distâncias. É ele que questiona, renova conceitos, cria novas formas de fazer as coisas. É um incessante e incansável agente de mudanças. O empreendedor está sempre pronto a aprender, a criar, a inovar, disposto a enfrentar desafios e superar dificuldades.

Acredita-se, ainda, que o empreendedor é um fenômeno humano que brota talento com ousadia e coragem, porém, necessita de algumas condições indispensáveis para gerar efeitos na produção de riqueza. Requer conhecimento e uma visão ampla das causas e das consequências dos fatores que influenciam na concretização dos seus sonhos. Conforme Dolabela (2003), as condições para ser empreendedor estão ligadas ao ambiente macro, à democracia, à cooperação e à estrutura de poder. O autor define o empreendedor como uma pessoa que empenha toda sua energia na inovação e no crescimento, manifestando-se de duas maneiras: criando sua empresa ou desenvolvendo alguma coisa completamente nova em uma empresa persistente (que herdou ou comprou, por exemplo). Nova empresa, novo produto, novo mercado, nova maneira de fazer, introduzir inovações, assumindo riscos, seja na forma de administrar, vender, fabricar, distribuir ou de fazer propaganda dos seus produtos e/ou serviços, sempre agregando novos valores.

O Sebrae conceitua o empreendedor como o indivíduo que possui ou busca desenvolver uma atitude de inquietação, ousadia e pró-atividade na relação com o mundo,

condicionada por características pessoais, pela cultura e pelo ambiente que favorece a interferência criativa e realizadora, em busca de ganhos econômicos e sociais.

Segundo Dornelas (2003), empreendedorismo significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor. Dornelas (2004), conclui que podemos definir empreendedorismo de várias maneiras, porém, a essência se resume a fazer diferente, empregar recursos disponíveis de forma criativa, assumir riscos, buscar oportunidades e inovar. Timmons (1990) aponta que o empreendedorismo seria uma revolução silenciosa, que terá os mesmos efeitos no século XXI que a Revolução Industrial teve no século XX.

Do ponto de vista econômico, Cruz (2005) destaca a utilização do termo empreendedor, ainda no século XIX, pelo economista francês Jean Bastist Say, colocando-o como o responsável por reunir, organizar e descobrir a relação entre os custos de seus fatores de produção e o valor gerado pelos seus produtos. Para realizar tal tarefa, algumas capacidades são apontadas como necessárias: perseverança e conhecimento sobre os negócios e o mundo, para que a capacidade de administração de negócios possa ser dominada. Ainda com a conotação mais economicista ao termo, Cruz (2005) aponta a recorrência da associação entre empreendedorismo e a ação de assumir risco e as atitudes aventureiras inerentes ao ato de empreender.

Na literatura mais contemporânea, Ahmad e Seymour (2008) realizam um estudo junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a fim de definir empreendedorismo. A definição consiste em pessoas que necessariamente são *“donos de negócios que buscam gerar valor por meio da criação ou expansão de alguma atividade econômica, identificando novos produtos, processos e mercados”*. Continuando na tarefa de definir empreendedorismo, os autores também delimitam a atividade empreendedora como sendo *“a ação humana empreendedora que busca gerar valor, por meio da criação ou expansão da atividade econômica, identificando novos produtos, processos e mercados”*. A partir das duas definições anteriores, os autores definem empreendedorismo como *“o fenômeno associado à atividade empreendedora”*.

Nessa definição não fica explicitado se a posse dos negócios se refere somente ao mercado formal ou se também contempla os negócios informais. Em seu relatório de pesquisa, o IBGE (2015) utiliza o Cadastro Central de Empresas como fonte de informações, adotando somente negócios formais na pesquisa. Além disso, destaca-se o foco na abordagem mais agregada de empreendedorismo, sob a ótica de um conjunto de empresas.

Com uma visão distinta, o relatório Empreendedorismo no Brasil, coordenado pela *Global Entrepreneurship Research Association*, coloca como empreendedorismo *“qualquer atividade de criação de um novo empreendimento como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente”*. Os autores destacam o papel do indivíduo empreendedor como o cerne da análise, colocando-o acima do empreendimento em si.

Ao se ampliar o conceito de empreendedorismo para a posse de negócios informais, empreendedores autônomos e, dentre eles, aqueles em condições precárias passam a ser considerados. Desse modo, não existiria, *a priori*, uma relação direta entre empreendedorismo e ausência de vulnerabilidade social. É nesse sentido que Bulgacov, Cunha, Camargo *et al.* (2011) analisam o papel do empreendedorismo entre os jovens brasileiros (de 18 a 24 anos), buscando esclarecer se o que leva os jovens ao empreendedorismo é a oportunidade ou a necessidade, na qual motivações associadas à última condição podem resultar em empreendimentos precários. Os autores concluem que,

dada a baixa taxa de escolaridade dos brasileiros e pouco poder de investimento (associado ao baixo nível de rendimento), os jovens empreendedores, em geral, estão associados às condições de um trabalho precário e de flexibilização laboral. Nessa classificação estão os empreendedores por necessidade. De outra parte, quando existem condições favoráveis ao ato de empreender (capacidade de investimento, formação adequada e oportunidade), os cenários são mais promissores ao sucesso.

4. METODOLOGIA

Uma vez contextualizada essa percepção histórica da população negra e os conceitos do empreendedorismo, esta seção pretende esclarecer a metodologia de análise do afroempreendedorismo.

No decreto que institui o Programa Afroempreendedor², considera-se afroempreendedor o *brasileiro afrodescendente que conduz empresa ou empreendimento*. Apesar de se tratar de uma definição objetiva, esse critério não é capturado nas pesquisas domiciliares de forma específica, tornando necessária uma aproximação a partir de outra variável, denominada *posição na ocupação*, cujas categorias disponíveis diferem ligeiramente entre as pesquisas, mas em termos gerais mostram se o indivíduo é empregado, empregador, estudante, conta própria, entre outras posições. Nesse sentido, esta seção descreve como as categorias de análise foram selecionadas e/ou construídas.

Foram utilizadas as seguintes fontes de dados: a Pesquisa Distrital de Amostra Domiciliar (PDAD), de 2013, da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan); a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e a série completa da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para analisar a evolução, mas que as características foram focadas na edição de 2015, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos (Dieese).

As três pesquisas, com base em levantamento domiciliar, são complementares e permitem analisar a composição e a evolução da oferta da força de trabalho no Distrito Federal. Para a análise com maior desagregação geográfica, foi utilizada a PDAD 2013, uma vez que ela é representativa para cada uma das 31 regiões administrativas do Distrito Federal. Para verificar as condições de inserção no mercado de trabalho dos empreendedores, foi utilizada a PNAD 2014, que capta a informação sobre a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a contribuição à previdência social. Por fim, a PED, pesquisa voltada especificamente para a análise de mercado de trabalho, com periodicidade mensal, levantada desde 1992, possibilita uma análise da evolução do empreendedorismo no DF, segundo grupos de regiões³.

Para a identificação da população negra, foi utilizada a variável raça/cor, presente nas três pesquisas consideradas. Na PNAD e PDAD, essa variável é auto declarável (a pergunta é feita ao entrevistado), enquanto na PED, é o entrevistador que preenche o questionário com base na sua observação. As categorias da variável raça/cor nas três pesquisas são: branca, preta, parda, amarela, indígena⁴. O agrupamento dessas categorias para a identificação das populações negra e não negra seguiu metodologia utilizada pelo IBGE⁵, conforme a seguinte classificação: negros, compostos pelas categorias “preta” e

² Decreto nº 36.680, de 18 de agosto de 2015, que regulamenta a Lei nº 5.447, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Programa Afroempreendedor e dá outras providências.

³ A PED foi interrompida de outubro de 2013 a outubro de 2014, impossibilitando a geração de estatísticas para esses anos.

⁴ A PED não capta a categoria indígena na variável de raça/cor. Além disso, a quantidade de indígenas no Distrito Federal é baixa, o que não acarretaria alterações significativas na análise.

⁵ Osorio (2003) promove a discussão sobre a adequação do sistema classificatório do IBGE, os problemas envolvidos na identificação racial, bem como as justificativas dessa metodologia.

“parda”, e não negros, compostos pelas categorias “branca”, “amarela” e, quando captado, “indígena”.

Além da raça/cor, foram utilizadas as seguintes variáveis sociodemográficas:

- Sexo: masculino e feminino;
- Idade: jovem (16 a 29 anos), adultos (30 a 59 anos) e idosos (60 anos ou mais); e
- Escolaridade: para escolaridade, a métrica utilizada foi o número de anos de estudo. Visto que as pesquisas não captam essa variável da mesma forma, a PNAD foi adotada como referência e as demais foram adaptadas ao seu modelo, que calcula a variável de acordo com a série mais elevada que o indivíduo possui. Para a PDAD, foi construída uma variável a partir do nível de escolaridade do indivíduo e, para a PED, a variável foi construída a partir da última série e grau concluídos.

No que tange à atividade econômica, definiu-se a População em Idade Ativa (PIA) com o intuito de desagregar a análise apenas para os indivíduos potencialmente ativos. São considerados em idade ativa aqueles que possuem 16 anos ou mais, idade abaixo da qual é considerado trabalho infantil no Brasil, conforme as legislações vigentes⁶. Dentro desse grupo, encontra-se a População Economicamente Ativa (PEA), constituída por pessoas que estão trabalhando ou que procuraram emprego nos últimos 30 dias⁷. Na análise, a PEA foi ainda dividida em ocupados, i.e. os que efetivamente estavam trabalhando, e desocupados, i.e. que não tinham trabalho, mas estavam procurando.

Dentre os ocupados, foram construídas categorias de interesse baseadas na posição da ocupação de cada indivíduo, sendo: “empregadores”, “conta própria”, “outros formais” e “outros informais”. Para a PED, foram analisadas “empregadores”, “conta própria” ou “autônomos” e os “donos de negócio familiar”. Indivíduos que se declaram como empregadores são aqueles donos de empresas com pelo menos um empregado; os outros formais são aqueles empregados com carteira de trabalho, servidores públicos, militares ou cargos comissionados, enquanto os informais são aqueles empregados sem carteira de trabalho. Como empreendedores, foram consideradas as categorias “empregadores”, “conta própria” e “donos de negócio familiar”. A Figura 1 resume essas informações, e a definição de cada uma dessas categorias está disponível no Anexo 3 - Definições das variáveis utilizadas.

⁶ Segundo a Lei nº 10.097 de 19 dezembro de 2000 regulamentada pelo decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 que institui a ilegalidade para trabalhadores menores de 16 anos a não ser que ele seja categorizado como jovem aprendiz a partir de 14 anos.

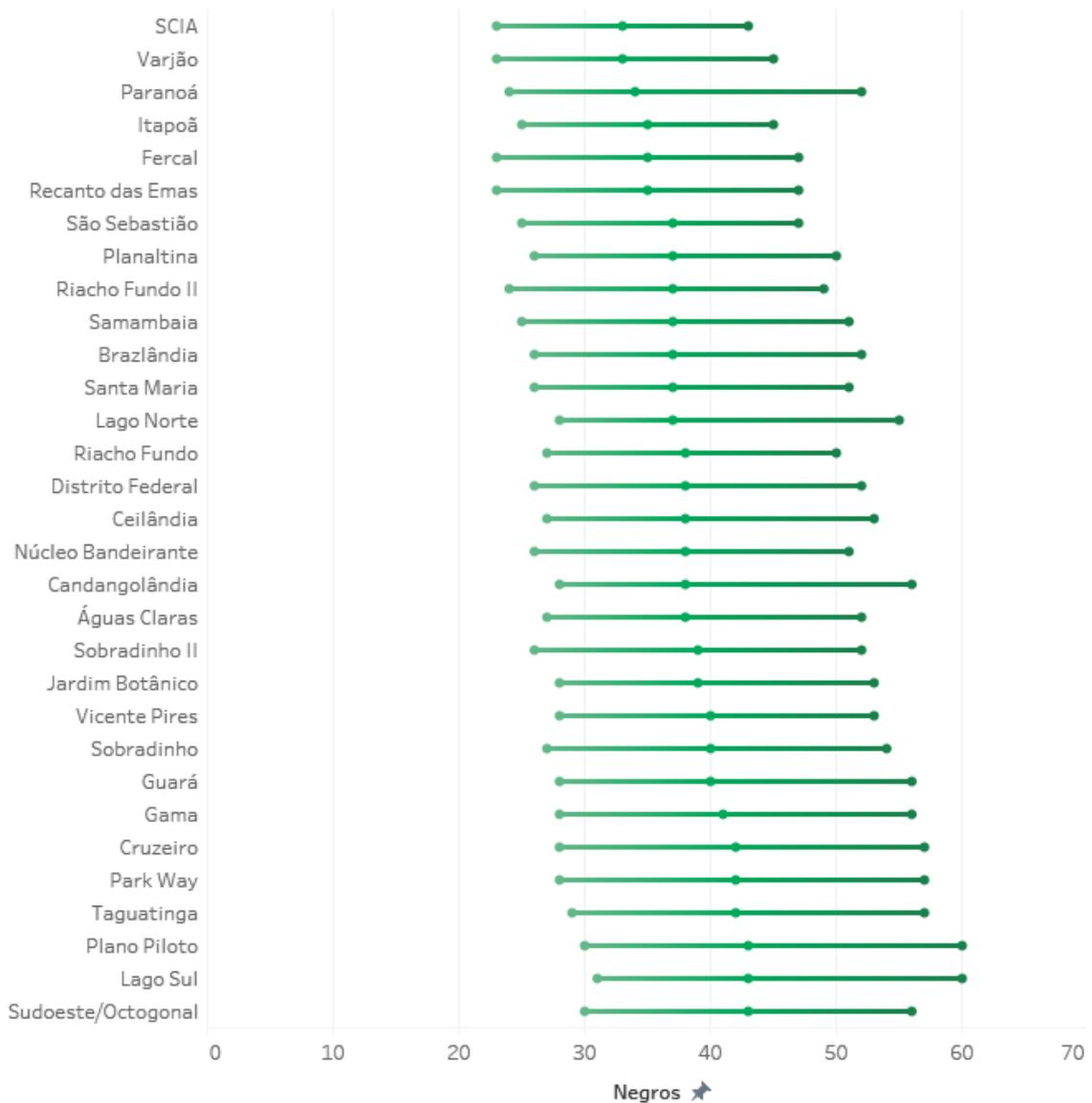
⁷ Na PDAD, não há informação quanto ao tempo que o indivíduo tenha procurado emprego. Dessa forma, todos que declararam procurar emprego foram considerados dentro da PEA.

Figura 1 - Variáveis de atividade econômica utilizadas



Incluiu-se na análise a variável renda, considerando-se apenas os valores não nulos declarados como rendimento bruto do trabalho principal.

Gráfico 1 - Idade Mediana, 1º quartil e 3º quartil da população negra por Região Administrativa - 2013

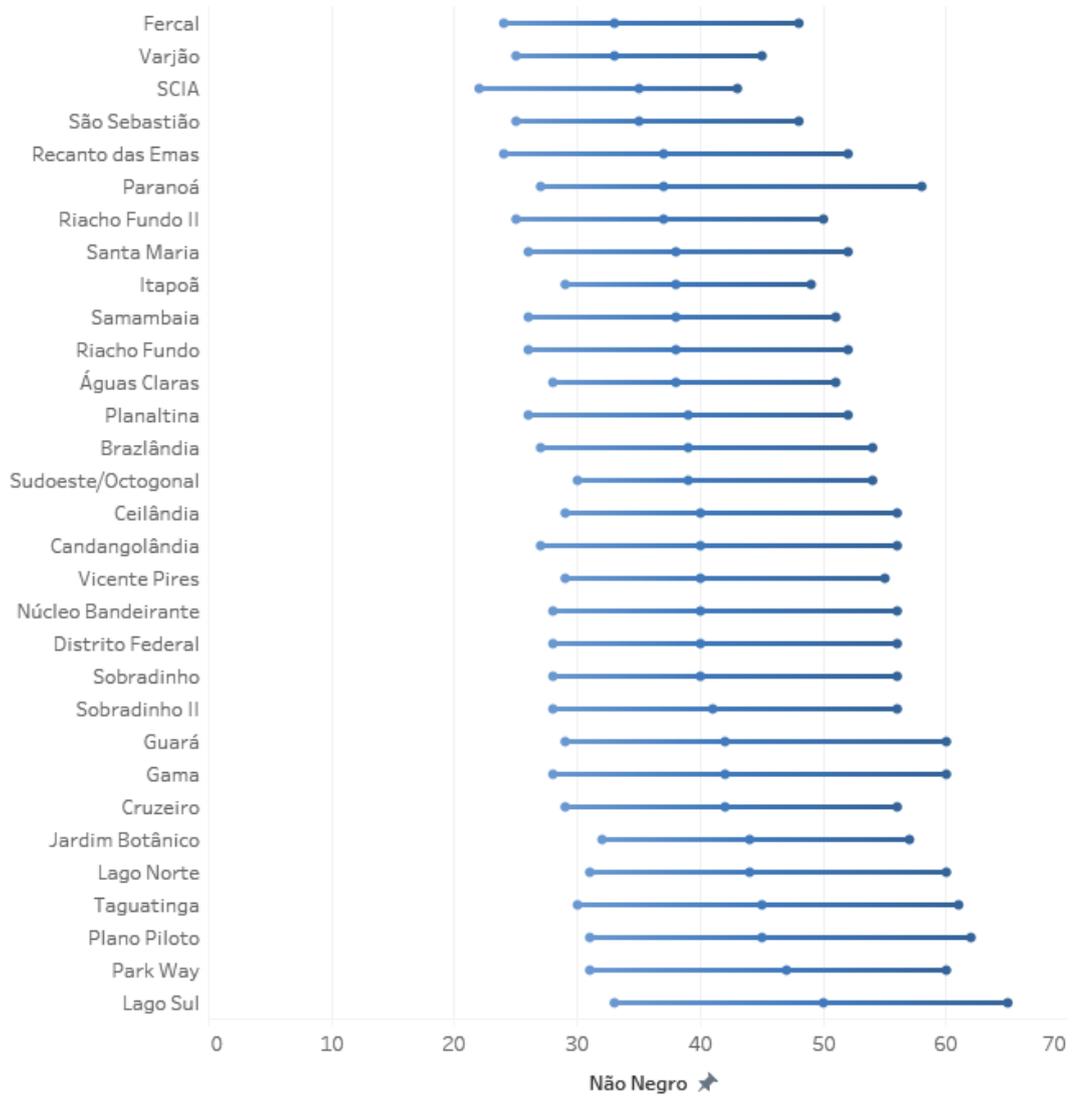


Fonte: Codeplan - PDAD/2013

Entre os negros, as regiões que apresentam a estrutura etária mais jovem – SCIA/Estrutural e Varjão – têm uma idade mediana dez anos menor que a região com estrutura etária mais velha – Sudoeste/Octogonal, Lago Sul e Plano Piloto. Destaca-se ainda que para o 3º quartil de idade, apenas o Plano Piloto e o Lago Sul apresentam valores de pelo menos 60 anos.

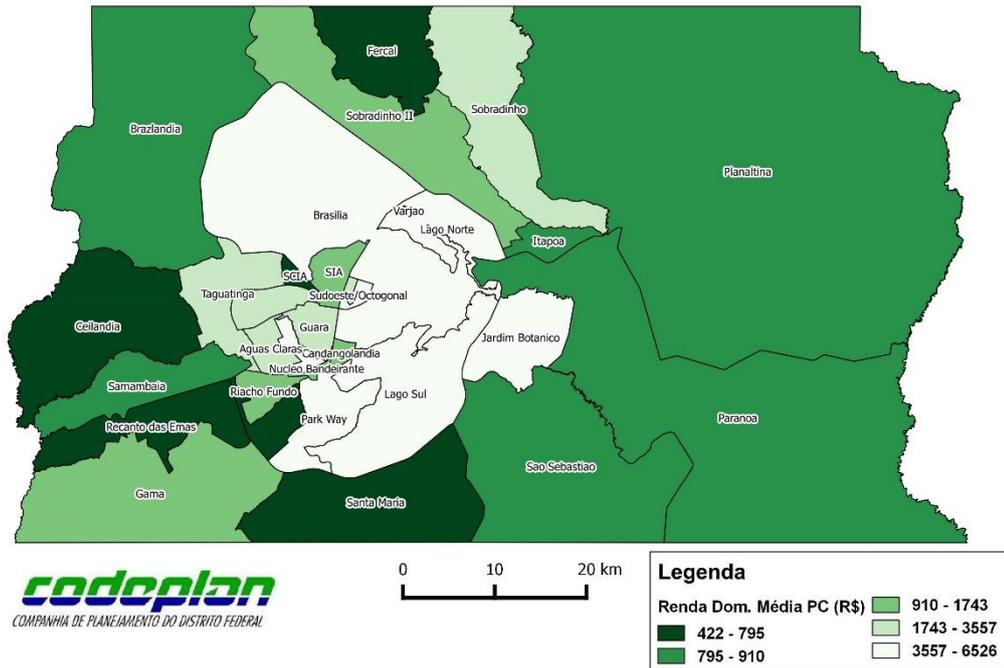
Como comparação, o Gráfico 2 apresenta a mesma informação para a população não negra. Em primeiro lugar, os dados mostram que os não negros são, em geral, mais velhos que os negros (com os valores mais à direita do gráfico). A tendência de regiões mais periféricas serem as mais jovens permanece a mesma. Destaca-se que, para o 3º quartil de idade, além do Plano Piloto e do Lago Sul, as regiões de Park Way, Taguatinga, Lago Norte, Guará e Gama também apresentam valores iguais ou maiores que 60 anos. Isso destaca o aspecto mais velho entre os não negros e entre as regiões centrais do território. Para uma análise mais detalhada, os dados completos dos quantis de idade encontram-se no Anexo 2 - Idade Mediana, 1º quartil e 3º quartil, por raça/cor e Região Administrativa - 2013.

Gráfico 2 - Idade Mediana, 1º quartil e 3º quartil da população não negra por Região Administrativa - 2013



Fonte: Codeplan - PDAD/2013

Figura 3 - Renda Domiciliar per capita média por Região Administrativa - 2013



Fonte: Codeplan - PDAD/2013

Obs.: Categorias criadas de acordo com os quantis (contagem igual).

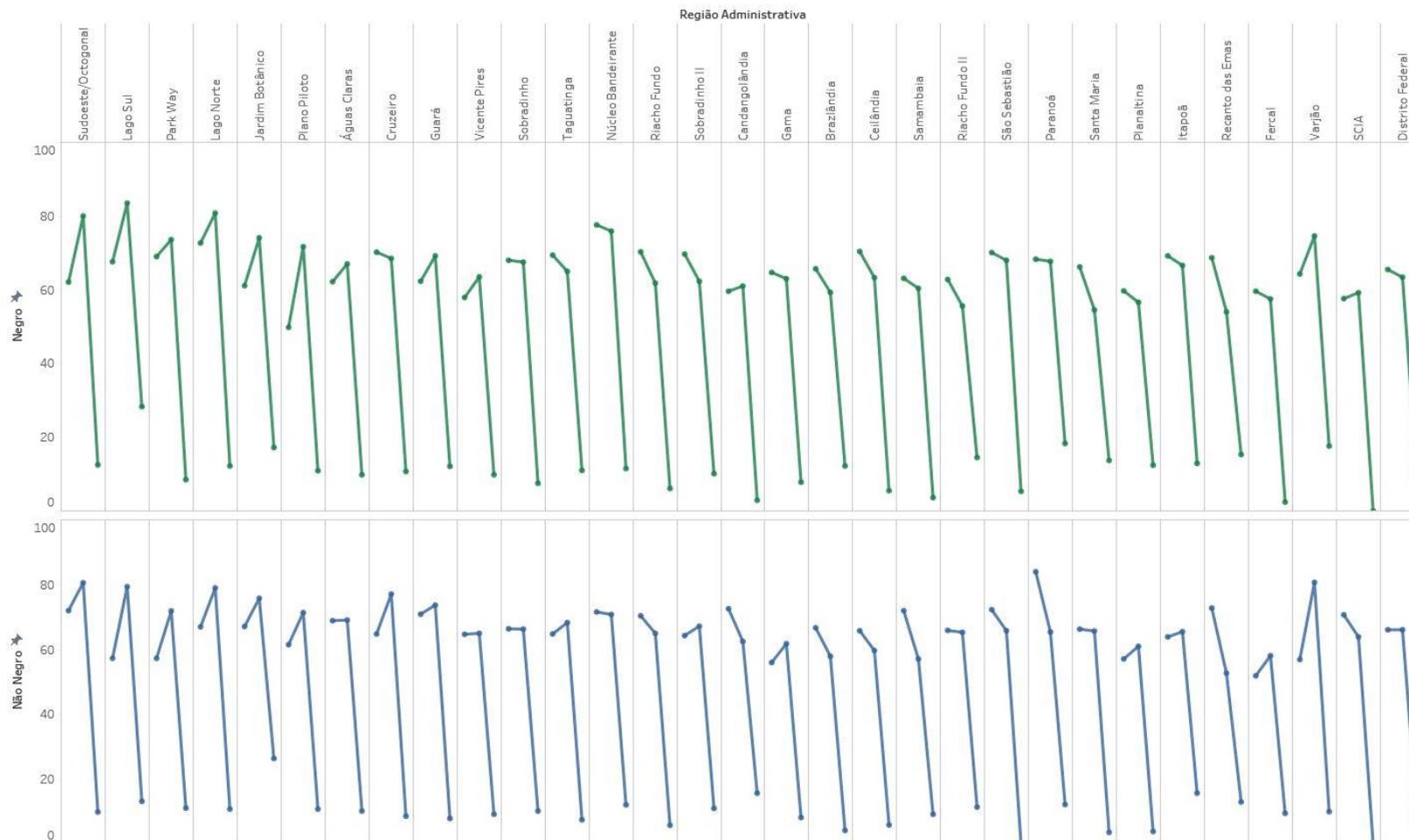
Sob o ponto de vista da renda, é interessante notar que, a exemplo da distribuição da população segundo raça/cor, as regiões mais pobres estão na periferia do DF, como pode ser visualizado na Figura 3. Assim, pode-se dizer que as regiões mais pobres também são aquelas que apresentam a maior concentração de população negra. A Fercal, o Varjão e a SCIA/Estrutural, por exemplo, são as regiões que expressam de forma mais evidente a relação entre proporção de negros na população e pobreza. Nessa análise preliminar, pode-se concluir que as regiões periféricas, que concentram a população negra, são regiões com populações mais jovens e também mais pobres do Distrito Federal.

6. ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

Para a análise da inserção econômica da população negra, serão apresentadas, inicialmente, as taxas de participação no Distrito Federal por RA, sexo e raça/cor. A taxa de participação é a razão entre população economicamente ativa (PEA) e população em idade ativa (PIA). Essa medida procura informar como se dá a inserção no mercado de trabalho da população, seja exercendo uma atividade econômica, seja procurando trabalho.

O Gráfico 3 e o Gráfico 4 mostram a taxa de participação por raça/cor e grupos de idade (jovens, adultos, idosos), segundo RA, para as mulheres e para os homens, respectivamente.

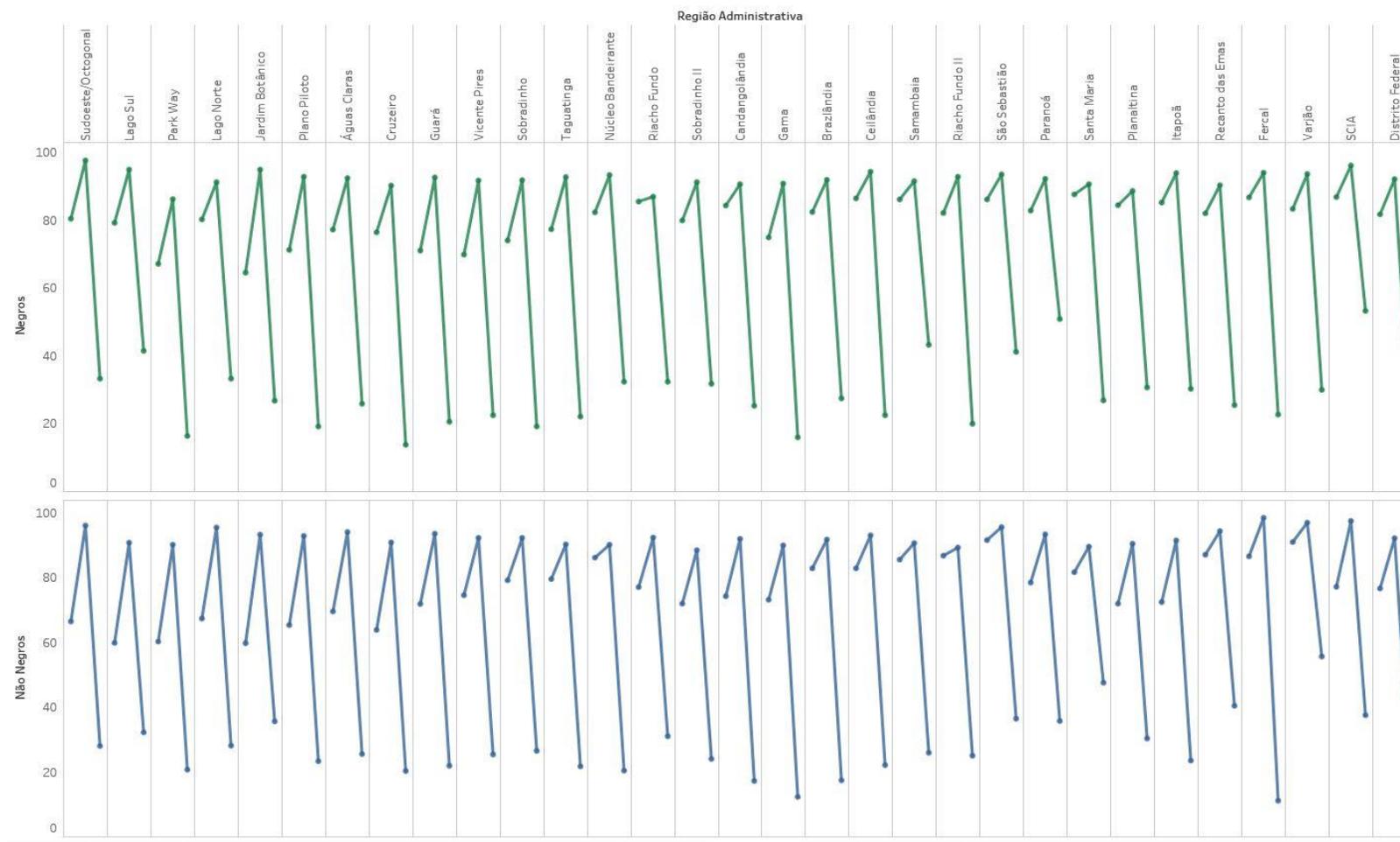
Gráfico 3 - Taxa de participação feminina, por raça/cor e Região Administrativa, 2013



Fonte: Codeplan - PDAD/2013

Obs. Cada ponto no gráfico corresponde ao corte de idade considerado. Da esquerda para a direita: jovens, adultos e idosos

Gráfico 4 - Taxa de participação masculina, por raça/cor e Região Administrativa, 2013



Fonte: Codeplan - PDAD/2013

Obs. Cada ponto no gráfico corresponde ao corte de idade considerado. Da esquerda para a direita: jovens, adultos e idosos

Quando comparadas as Regiões Administrativas na sua totalidade, percebe-se que aquelas de maior poder aquisitivo são as que apresentam as maiores taxas de participação. Ao comparar os dois gráficos, observa-se uma participação significativamente maior dos homens em relação às mulheres, em todos os grupos etários e em todas as RAs. No Distrito Federal, essa taxa chega a ser de 92% para homens enquanto para as mulheres é de 64%.

No caso dos homens, observa-se, no Gráfico 4, o movimento esperado entre os cortes de idade: a taxa de participação aumenta dos jovens para os adultos e diminui entre os idosos. Uma diferença que se destaca entre negros e não negros homens é a maior taxa de participação dos jovens negros – cerca de 82% para o Distrito Federal. Uma vez que os negros estão em regiões de menor poder aquisitivo, isso pode indicar a maior necessidade de os jovens participarem do mercado de trabalho precocemente para contribuir com a renda domiciliar. Tal movimento poderia comprometer o tempo de formação necessário para que esses jovens negros alcancem postos de trabalho de maior remuneração quando adultos.

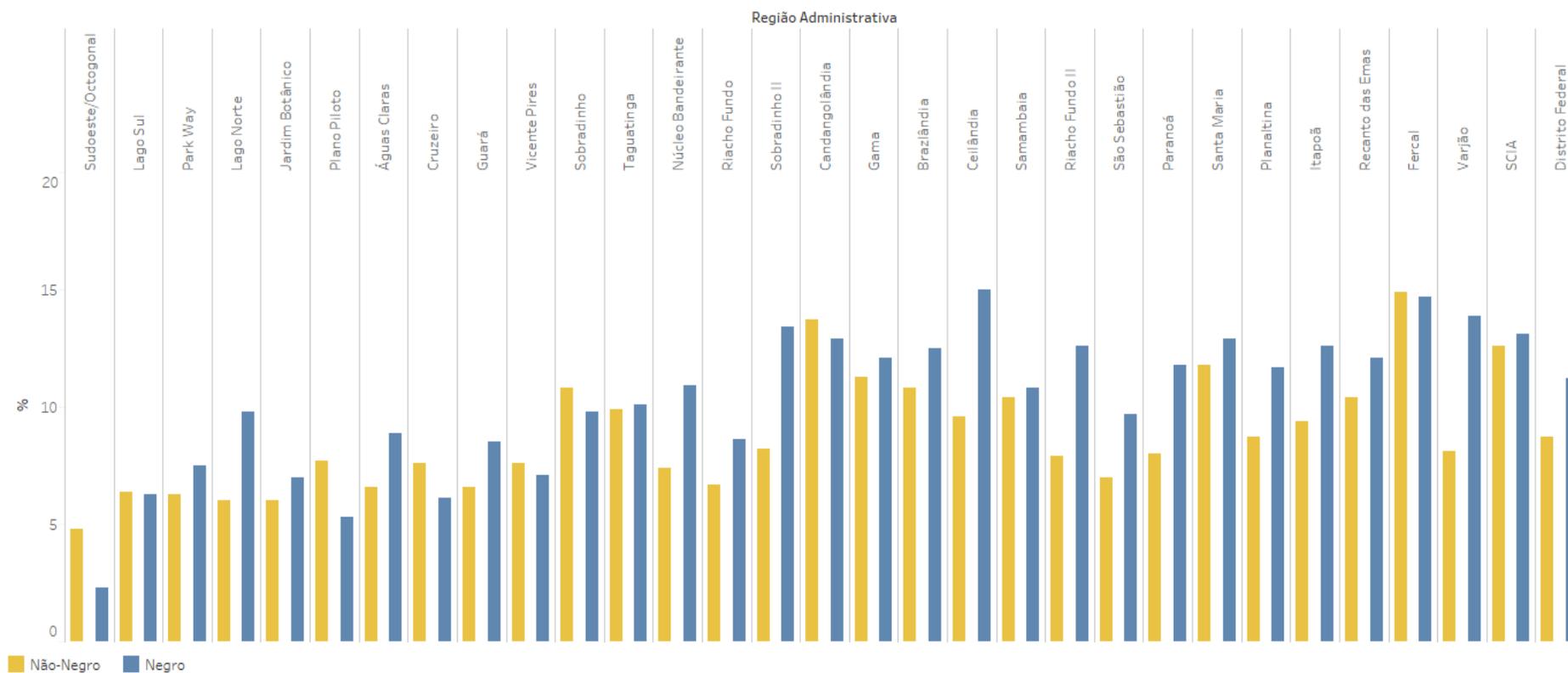
Já no caso das mulheres, as taxas de participação são consideravelmente inferiores na idade adulta, fator potencialmente relacionado à maternidade. Em algumas regiões, como Brazlândia, São Sebastião, Ceilândia e Recanto das Emas, a taxa de participação diminui para as mulheres adultas em relação às jovens. Esse comportamento merece destaque uma vez que se espera que haja uma maior taxa de participação entre adultos. Outro ponto interessante da análise é a menor taxa de participação das mulheres não negras idosas, principalmente nas regiões de maior poder aquisitivo. No entanto, em termos gerais, o Gráfico 3 não aponta diferenças relevantes entre a taxa de participação feminina por raça/cor.

A desocupação é outro aspecto relevante na análise das características da oferta de trabalho. A taxa de desocupação representa a proporção de indivíduos da PEA que procuram trabalho. Essa taxa é também denominada como taxa de desemprego aberto. Os dados da PDAD-2013 revelam que a taxa de desocupação é menor nas RAs de maior renda. O Gráfico 5 mostra que Sudoeste/Octogonal, Lagos Sul e Norte, Park Way e Plano Piloto, apresentam taxas de desocupação inferiores a 10%, enquanto que, em Ceilândia, Santa Maria e Fercal, essas taxas ultrapassam esse patamar. Considerando a comparação entre negros e não negros, observa-se que, no Distrito Federal, a taxa de desocupação é mais elevada para esse primeiro grupo (11,2% para negros contra 8,7% entre os não negros). Em geral, nas regiões de mais baixa renda, a taxa de desocupação é maior entre os negros do que entre os não negros. Isso mostra uma desvantagem sistemática para a população negra, uma vez que ela reside em regiões de baixa renda, que se caracterizam por infraestrutura precária e apresenta as maiores taxas de desocupação. Destacam-se como regiões detentoras dos piores indicadores analisados a Fercal, o Varjão e a SCIA/Estrutural.

Quando se observa a desocupação ao longo do tempo, nota-se que essa é uma condição mais frequente entre negros do que entre não negros. O Gráfico 6 mostra que desde 1992⁸ as taxas de desemprego entre os negros são mais elevadas que entre os não negros no Distrito Federal. O ano com maior diferença foi 2003, quando a taxa de desemprego total entre não negros foi de 18,6% enquanto entre negros foi de 24,9%; já nos anos de 2011 e 2015, as diferenças foram menores, correspondendo a dois pontos percentuais (13,0% entre negros e 11,0% entre não negros em 2011 e 14,9% entre negros e 12,9% entre não negros em 2015).

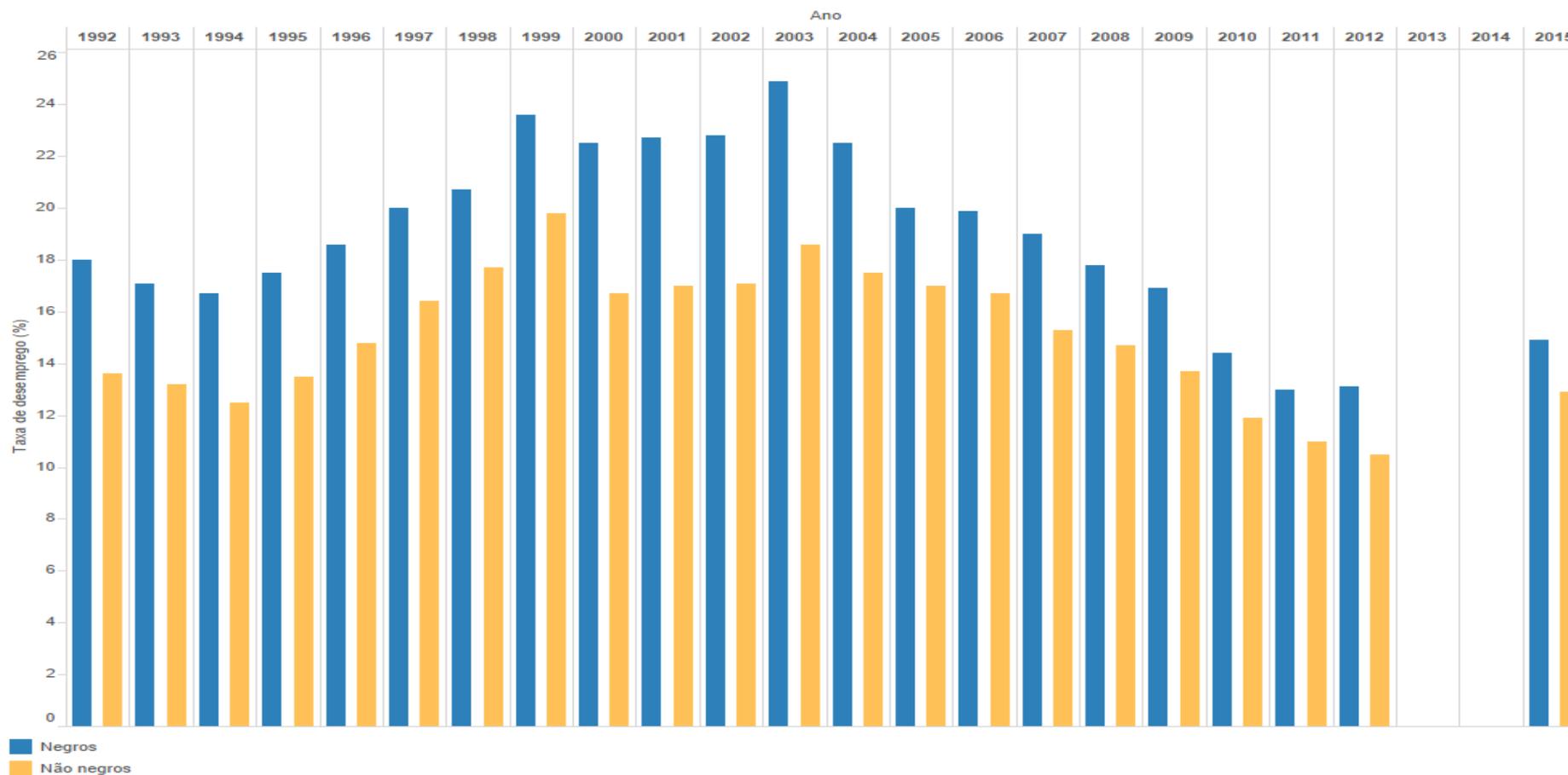
⁸ Ano correspondente ao início da série histórica da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Gráfico 5 - Taxa de desocupação por raça/cor e Região Administrativa - 2013



Fonte: Codeplan - PDAD/2013

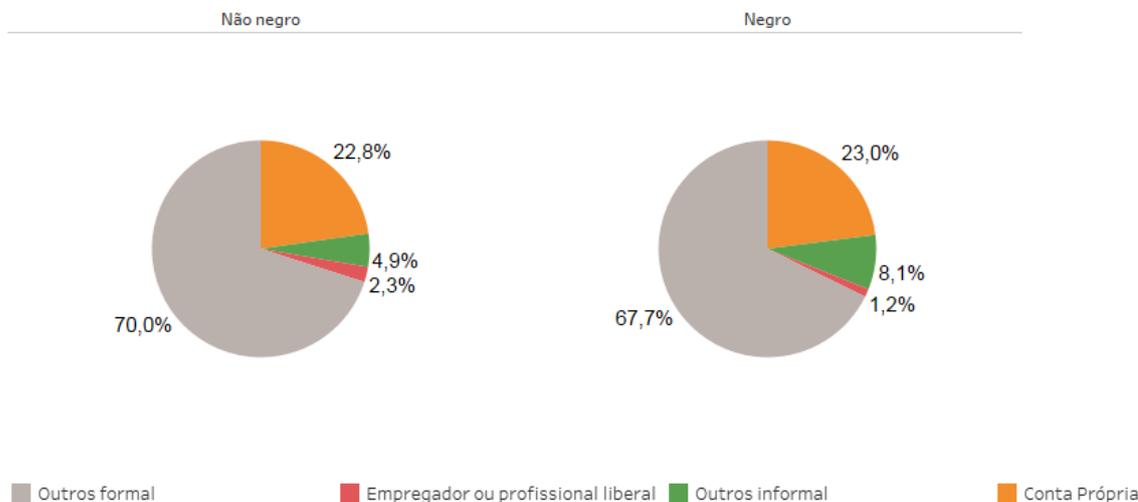
Gráfico 6 - Taxa de desemprego total por raça/cor (1992-2015)



Fonte: PED, 1992 a 2015

Entre os ocupados, o Gráfico 7 apresenta a composição desse grupo, por tipo de ocupação, entre negros e não negros.

Gráfico 7 - Posição da ocupação por raça/cor, Distrito Federal, 2013



Fonte: Codeplan - PDAD/2013

Nota-se que, no geral, os ocupados exercem atividades formalizadas, representando 70% das posições na ocupação entre os não negros e cerca de 68% entre os negros. A categoria “empregador”, que é composta pelos empregados e profissionais liberais, representa cerca de 2% para os não negros e cerca de 1% para os negros. Os dados mostram que, apesar de a população negra ser maioria no território, quando se trata de empreendedorismo, essa ainda é uma atividade de maioria não negra. Para a categoria “conta própria”, percebe-se um percentual igual de participação entre os dois grupos – cerca de 23%. Uma diferença importante é notada na participação das outras atividades informais, que representam 8,1% dos ocupados negros (4,9% para os não negros). Para complementar, a Tabela 1 apresenta a distribuição dos ocupados, por raça/cor e por sexo. Os dados indicam que a participação feminina é menor em todos os tipos de ocupação, tanto para negros quanto para não negros.

Tabela 1 - Distribuição dos ocupados por raça/cor e sexo segundo posição na ocupação, Distrito Federal, 2013

Variável	Empregador ou profissional liberal	Conta própria	Outros formais	Outros informal
Não negro	61,4%	45,5%	46,6%	33,9%
Homens	59,1%	58,5%	54,4%	52,2%
Mulheres	40,9%	41,5%	45,6%	47,8%
Negro	38,6%	54,5%	53,4%	66,1%
Homens	64,4%	60,7%	56,8%	54,8%
Mulheres	35,6%	39,3%	43,2%	45,2%

Fonte: Codeplan - PDAD/2013

No que se refere à escolaridade e renda, em média, os negros, em todas as categorias de posição na ocupação consideradas, são menos escolarizados e possuem menor renda. Entre empregadores, a renda média dos negros corresponde a 83% da renda média dos não negros, essa razão é de 67% entre os trabalhadores por conta própria, 66% entre aqueles que declaram exercer outras atividades formais e 72% entre os outros informais. É interessante notar que a menor diferença de renda se encontra entre os empregados, o que pode indicar o potencial deste tipo de atividade para a diminuição de desigualdades entre negros e não negros. Quanto à idade média, elas são semelhantes para trabalhadores por conta própria e outras atividades informais, sendo os negros empregadores mais velhos e os “outros formais” mais novos. Especificamente sobre os empregadores, a Tabela 2 mostra como esse é um tipo de ocupação diferenciado: é o grupo com a escolaridade, renda e idade mais elevadas. Isso indica um perfil de pessoas com mais experiência e mais qualificado, com idade média acima de 40 anos e escolaridade média de ao menos 12 anos de estudo, correspondendo ao ensino superior incompleto.

Tabela 2 - Posição de ocupação: anos de estudo, renda e idade média, por raça/cor e sexo, Distrito Federal, 2013

Variável		Empregador ou profissional liberal	Conta própria	Outros formais	Outros informais
Escolaridade média (anos de estudo)	Total	13	10	12	9
	Não negro	13	11	12	10
	Homens	13	10	12	10
	Mulheres	14	11	13	10
	Negro	12	9	11	9
	Homens	12	9	11	8
	Mulheres	13	9	11	9
Idade	Total	43	42	37	37
	Não negro	42	42	38	37
	Homens	44	43	38	37
	Mulheres	40	41	37	38
	Negro	44	42	36	37
	Homens	46	42	37	36
	Mulheres	41	42	36	37
Renda	Total	5910	2086	2843	1216
	Não negro	6347	2555	3509	1498
	Homens	7449	2885	3769	1738
	Mulheres	4808	2098	3194	1249
	Negro	5269	1718	2307	1079
	Homens	6043	1925	2477	1198
	Mulheres	3971	1404	2083	936

Fonte: Codeplan - PDAD/2013

Nota-se um maior nível de escolarização entre as mulheres, sendo as empregadoras as mais escolarizadas. A despeito dessa maior qualificação, a renda média observada das mulheres é inferior à dos homens, para todas as posições na ocupação, independentemente

da raça/cor. A maior diferença é entre empregadores: o rendimento das mulheres é cerca de 65% do rendimento masculino. Assim como observado anteriormente, as mulheres negras têm rendimento médio inferior ao das mulheres não negras, para todas as categorias de posição na ocupação. Pode-se dizer, a partir desses resultados, que as mulheres negras representam o grupo mais desfavorecido em termos de ocupação, ao enfrentar o diferencial por conta do sexo e da raça/cor.

Os resultados da PED 2015 apontam as mesmas desigualdades no mercado de trabalho entre negros e não negros, conforme pode ser observado na Tabela 3. Os empregadores, identificados como proprietários de um negócio e/ou empresa com um ou mais funcionários remunerados permanentes, compõem uma categoria de menor vulnerabilidade em comparação às demais - empregadores possuem, em média, maior escolaridade e maior renda.

Tabela 3 - Idade média, escolaridade média e renda média por cor de pele/raça, Distrito Federal, 2015

Distrito Federal		Empregador	Conta própria ou autônomo	Dono de negócio familiar	Total
Idade média	Total	44	44	43	37
	Não negros	44	44	-	38
	Negros	43	43	43	36
Escolaridade média (anos de estudo)	Total	11,5	8,5	9,1	10,9
	Não negros	12,1	9,0	-	11,6
	Negros	11,3	8,3	8,8	10,6
Renda média	Total	2048,93	1779,19	6759,15	2761,30
	Não negros	9351,60	1951,65	-	3627,32
	Negros	5589,10	1714,18	1903,82	2423,93

Fonte: PED 2015

A idade média é muito similar entre negros e não negros e entre as categorias de empreendedores, correspondendo ao intervalo de 43-44 anos. Os empreendedores estão acima da média de idade total dos ocupados e, de maneira geral, os negros são mais jovens que os não negros.

A escolaridade média dos empregadores está acima da média total dos ocupados, enquanto as outras duas categorias estão abaixo da média total. Isso mostra que o perfil do empreendedor pode ser bastante heterogêneo; mas em todos os casos os negros apresentaram uma média de anos de estudo inferior à dos não negros.

Esse diferencial dos empregadores pode ser visto de forma ainda mais intensa quando se observa a renda média. Ela é mais alta entre os empregadores, grupo que fica acima da renda média total. Além disso, ela é inferior para os negros, entre as diferentes categorias de empreendedores e também na média total.

Uma vez que os dados da PDAD e da PED não possibilitam verificar se os empreendedores são formalizados, ou seja, possuem CNPJ e/ou contribuem com a previdência social, utilizou-se a PNAD 2014 para levantar tais informações, apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4 - Proporção de empreendedores que contribuem para a previdência e/ou possuem inscrição no CNPJ, segundo posição na ocupação e raça/cor, Distrito Federal, 2014

Categoria	Conta Própria		Empregador	
	Não negro	Negro	Não negro	Negro
Previdência	37%	30%	82%	73%
CNPJ	33%	29%	91%	84%
Previdência e CNPJ	21%	17%	80%	68%

Fonte: IBGE/PNAD 2014

Os dados mostram que a formalização é maior entre os empregadores do que entre trabalhadores por conta própria e, nos dois casos, menor entre os negros. Entre os empregadores não negros, 82% contribuem com a previdência, 91% possuem CNPJ e 80% estão em ambas as situações. Já entre os negros, nesta mesma categoria ocupacional, 73% contribuem com a previdência, 84% possuem CNPJ e 68% estão em ambas as situações. Entre os trabalhadores por conta própria, essas proporções são consideravelmente menores. Isso mostra que ainda existe, principalmente entre os negros, a necessidade de se desenhar políticas em prol da formalização daqueles que empregam pelo menos um trabalhador. Entre os declarados como “conta própria”, o caminho da formalização é muito mais longo.

Para finalizar, a tabela 5 apresenta a renda média e a escolaridade para os empregadores e trabalhadores por conta própria, conforme as categorias de formalização.

Tabela 5 - Renda e escolaridade média por posição de ocupação, Distrito Federal, 2014

Categoria	Conta Própria				Empregador			
	Não negro		Negro		Não negro		Negro	
	Renda Média	Anos de Estudo	Renda Média	Anos de Estudo	Renda Média	Anos de Estudo	Renda Média	Anos de Estudo
Com Previdência	4033	10,66	3138	9,79	8492	12,35	5194	11,31
Sem Previdência	2243	9,4	1745	7,91	-	10,11	-	9,68
Com CNPJ	4201	10,75	3242	10,18	8161	12,34	6330	11,42
Sem CNPJ	2282	9,44	1731	7,82	-	8,22	-	8
Com CNPJ e Previdência	4537	10,92	3866	11,04	8547	12,5	5241	11,32
Sem CNPJ e Previdência	2470	9,58	1809	7,94	-	9,9	-	9,92

Fonte: IBGE/PNAD 2014

Obs. Para algumas categorias, não foi possível apresentar a informação por questões de representatividade.

Ainda que a formalização concentre os trabalhadores menos vulneráveis, seja ela através da contribuição à previdência ou com inscrição no CNPJ, ela não reduz as desigualdades de renda entre negros e não negros. Os dados revelam que os empregadores, com ênfase para os formalizados, possuem um perfil de alta qualificação e renda. Tais informações oferecem sustentação para hipótese de que é entre os empregadores que estão os empreendedores que se lançam em tal atividade por oportunidade, com maiores possibilidades de geração de renda e empregos. De outra parte, a inserção no mercado de trabalho dos empreendedores mais vulneráveis – trabalhadores por conta própria não formalizados – parece estar associado mais à situação de necessidade do que a uma oportunidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo procurou traçar o perfil dos afroempreendedores no Distrito Federal, a partir das informações da PDAD 2013, PNAD 2014 e PED 2015. Segmentar o estudo para a população negra é algo que já conta com critérios bem estabelecidos na literatura, mas o mesmo não ocorre para o empreendedorismo. Enquanto a literatura, por um lado, caracteriza o empreendedor como um dono de empreendimento inovador, criativo e tomador de riscos; por outro lado, o mais próximo que as pesquisas domiciliares podem fornecer para essa mensuração é dizer se a posição do indivíduo na sua ocupação é de empregador ou conta própria. Assim, adequar a análise do perfil afroempreendedor aos dados disponíveis nas pesquisas domiciliares foi seu maior desafio. Identificar nesses resultados a existência de um empreendedorismo precário e informal, principalmente no que diz respeito à população negra e moradora das regiões periféricas do DF, representa as principais constatações deste estudo.

Na breve contextualização do DF, verificou-se que a periferia do território é mais pobre, jovem e predominantemente negra. Quanto à atividade econômica da população, observou-se uma maior taxa de participação para os homens negros. Apesar da maior participação, as taxas de desocupação também são as mais altas para a população negra. A análise acerca da posição na ocupação mostrou que, apesar de os negros serem maioria na população, eles são minoria entre os empregadores, conforme dados da PDAD e PNAD. Entre os ocupados, o rendimento dos negros é consideravelmente menor que o dos não negros, sendo entre os empregadores a menor diferença observada.

Para os empreendedores, os dados mostram um perfil diferenciado: possuem maior renda, escolaridade e são mais velhos. Essas características são ainda mais acentuadas para as pessoas em atividades formalizadas (com CNPJ e/ou contribuinte da previdência), perfil próximo ao esperado de um empreendedor por oportunidade. De outra parte, as pessoas que trabalham por conta própria e são informais, e que também poderiam ser classificadas como empreendedores em uma abordagem mais ampla, apresentam um perfil mais parecido aos trabalhadores informais, aproximando-os da condição de empreendedores por necessidade, fato que não os afasta de situações de vulnerabilidade.

É relevante destacar que, mesmo assim, ao observar os indivíduos que se declaram empregadores isso não significa necessariamente identificar as características inovadoras e criativas esperadas de um empreendedor, além de não levar em consideração, por exemplo, os empreendimentos individuais. Ao mesmo tempo, quando se observa os indivíduos que declaram trabalhar por conta própria ou como autônomos, deve-se atentar para uma realidade bastante heterogênea, na qual a informalidade é muito mais presente e a vulnerabilidade pode ter sido a maior motivação para se empreender.

Também deve-se levar em consideração as informações sobre as ausências, que podem ser ocultas a uma primeira observação. É o caso das mulheres, timidamente inseridas na situação de empregadoras – com destaque para as mulheres negras –, com baixas taxas de participação no mercado de trabalho na idade adulta em relação aos homens e renda média inferior, indicando um potencial foco de atuação da política pública.

Por fim, espera-se que essas informações subsidiem a implementação de políticas voltadas ao afroempreendedorismo no Distrito Federal, de modo a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMAD, N.; SEYMOUR, R. **Defining entrepreneurial activity: definitions supporting frameworks for data collection**. Paris: OECD, 2008.

BRASIL, **Decreto n. 6040 de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm, acessado em 31/10/2016

BULGACOV, Y. et al. Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? **Revista da Administração Pública**, v.45, p. 695-720, 2011.

CRUZ, C. **Os motivos que dificultam a ação empreendedora conforme o ciclo de vida das organizações. Um estudo de caso: Pramp's Lanchonete**. 2005. 126 f. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2001.

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora - O Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica, voltado para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2003.

GALLO, A. N. et al. Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa à precarização. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Economia Solidária**. Volume 1, 2001. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-700_pt.html acessado em: 23/09/2016

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo**. São Paulo: Sebrae, 2014.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo**. São Paulo: Sebrae, 2015

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. 9^a Edição. Porto alegre: McGraw-Hill, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisa. **Estatísticas de Empreendedorismo: 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LAVILLE, J. **L'Economie solidaire: à la recherche de nouvelles formes d'économies entre l'Etat et le marché**. Paris: CRIDA, 1994.

NOGUEIRA, J. (Org. **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 2**. Florianópolis: Atilênde, 2013.

OSORIO, F.G. **O Sistema Classificatório de "cor ou raça" do IBGE**. Texto para Discussão nº 996. Brasília: IPEA, 2003

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. **Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, 2007.

SAY, J. B. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1983.

SCHUMPETER, J. **The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest and the business cycle**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1934.

SHAPERO, A. **Entrepreneurship and Economic Development Wisconsin**: Project PSEED Ltd, 1975.

SILVA, A. Entre o racismo e a desigualdade: da constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). In: JACCOUD, L. (Org). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009.

SINGER, P. **Economia Socialista**. In: SINGER, P.; MACHADO, J. **Economia Socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TIMMONS, J. **Instructor's manual to accompany new venture creation: entrepreneurship in the 1990s**. Boston: Irwin, 1990.

ANEXOS

Anexo 1 - Tabela do total da população e proporção, por RA e por gênero - 2013

Região Administrativa	Não negro		Negro		Total
	Total	Proporção	Total	Proporção	
Distrito Federal	1259896	45,2%	1526335	54,8%	2786684
Plano Piloto	142593	65,9%	73666	34,0%	216.489
Gama	60513	44,8%	74445	55,2%	134.958
Taguatinga	106495	50,0%	106368	50,0%	212.863
Brazlândia	22085	43,2%	29035	56,8%	51.121
Sobradinho	30013	47,1%	33702	52,9%	63.715
Planaltina	58501	31,6%	126874	68,4%	185.375
Paranoá	11922	25,8%	34311	74,2%	46.233
Núcleo Bandeirante	12157	51,3%	11557	48,7%	23.714
Ceilândia	184314	40,8%	267557	59,2%	451.872
Guará	56229	46,9%	63694	53,1%	119.923
Cruzeiro	14159	44,0%	18023	56,0%	32.182
Samambaia	96865	42,4%	131492	57,6%	228.356
Santa Maria	53002	43,2%	69719	56,8%	122.721
São Sebastião	28275	28,6%	70632	71,4%	98.908
Recanto das Emas	45181	32,5%	93816	67,5%	138.997
Lago Sul	24821	81,0%	5730	18,7%	30.629
Riacho Fundo	17367	46,2%	20217	53,8%	37.606
Lago Norte	22682	66,4%	11500	33,6%	34.182
Candangolândia	7866	46,6%	9020	53,4%	16.886
Águas Claras	72181	60,7%	46684	39,3%	118.864
Riacho Fundo II	15431	39,1%	23993	60,9%	39.424
Sudoeste/Octogonal	38652	73,9%	13620	26,1%	52.273
Varjão	2172	23,4%	7121	76,6%	9.292
Park Way	11669	59,2%	8058	40,8%	19.727
SCIA	9880	28,2%	25214	71,8%	35.094
Sobradinho II	42808	43,9%	54539	56,0%	97.466
Jardim Botânico	16808	66,4%	8494	33,6%	25.302
Itapoã	13406	22,5%	46283	77,5%	59.694
SIA	1010	50,6%	987	49,4%	1.997
Vicente Pires	38851	53,7%	33565	46,4%	72.415
Fercal	1989	23,7%	6419	76,3%	8.408

Fonte: Codeplan - PDAD/2013

Elaboração: Própria

Anexo 2 - Idade Mediana, 1^o quartil e 3^o quartil, por raça/cor e Região Administrativa - 2013

Região Administrativa	Não negro			Negro		
	25%	50%	75%	25%	50%	75%
Distrito Federal	28	40	56	26	38	52
Plano Piloto	31	45	62	30	43	60
Gama	28	42	60	28	41	56
Taguatinga	30	45	61	29	42	57
Brazlândia	27	39	54	26	37	52
Sobradinho	28	40	56	27	40	54
Planaltina	26	39	52	26	37	50
Paranoá	27	37	58	24	34	52
Núcleo Bandeirante	28	40	56	26	38	51
Ceilândia	29	40	56	27	38	53
Guará	29	42	60	28	40	56
Cruzeiro	29	42	56	28	42	57
Samambaia	26	38	51	25	37	51
Santa Maria	26	38	52	26	37	51
São Sebastião	25	35	48	25	37	47
Recanto das Emas	24	37	52	23	35	47
Lago Sul	33	50	65	31	43	60
Riacho Fundo	26	38	52	27	38	50
Lago Norte	31	44	60	28	37	55
Candangolândia	27	40	56	28	38	56
Águas Claras	28	38	51	27	38	52
Riacho Fundo II	25	37	50	24	37	49
Sudoeste/Octogonal	30	39	54	30	43	56
Varjão	25	33	45	23	33	45
Park Way	31	47	60	28	42	57
SCIA	22	35	43	23	33	43
Sobradinho II	28	41	56	26	39	52
Jardim Botânico	32	44	57	28	39	53
Itapoã	29	38	49	25	35	45
SIA	23	40	45	26	37	44
Vicente Pires	29	40	55	28	40	53
Fercal	24	33	48	23	35	47

Fonte: Codeplan - PDAD/2013

Elaboração: Própria

Anexo 3 - Definições das variáveis utilizadas

Variável	Pesquisa		
	PDAD 2013	PNAD 2014	PED 2015
Posição na Ocupação	<p>Conta própria: Refere-se às pessoas que trabalham por conta própria, como autônomos ou biscateiros.</p> <p>Empregador: Engloba as categorias de Empregador, que seriam os proprietários de empresas que possuam funcionários no seu quadro de pessoal e os Profissionais liberais, que não possuem definição na PDAD.</p> <p>Outros informais: Compreende a categoria dos empregados sem carteira de trabalho. Referindo-se a trabalhadores assalariados contratados informalmente e sem registro na carteira profissional.</p> <p>Outros formais: Engloba as categorias de cargo comissionado, empregado com carteira de trabalho, empregado temporário, funcionário público e militar e a categoria estagiário.</p>	<p>Contapropriá: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar</p> <p>Empregador: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado</p> <p>Outros formais: Foram considerados como outros formais as categorias de empregado com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.</p> <p>Outros informais: Foram considerados como outros informais as categorias de outro empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhador na produção para o próprio consumo e para o próprio uso.</p>	<p>Contapropriá ou autônomo: pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício e que presta seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s). O indivíduo nessa situação tem autonomia para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar, ter sócio(s) ou ajudante em períodos de maior volume de trabalho).</p> <p>Empregador: É identificado como a pessoa que é proprietária de um negócio e/ou empresa ou que exerce uma profissão ou ofício e tem, normalmente, pelo menos um empregado remunerado permanente. O profissional universitário e o dono do negócio familiar que tem três ou mais empregados permanentes são também considerados como empregadores.</p> <p>Não é incluída nessa categoria o indivíduo que só tem empregado doméstico, empregado não remunerado ou, eventualmente, empregado remunerado contratado em período de maior trabalho.</p> <p>Dono de negócio familiar: é o indivíduo que gerencia um negócio ou empresa de sua propriedade exclusivo ou em sociedade com parentes e que nunca trabalha sozinho. Normalmente, nesse tipo de negócio só trabalham parentes que não recebem</p>

Variável	Pesquisa		
	PDAD 2013	PNAD 2014	PED 2015
			remuneração salarial, podendo haver situações nas quais trabalhem um ou dois empregados de forma permanente e remunerados.
Cor ou Raça	<p>1 Branca: para a pessoa que se enquadrar como branca;</p> <p>2 Preta: para a pessoa que se enquadrar como preta;</p> <p>3 Amarela: para a pessoa que se enquadrar como amarela, de origem asiática: japonesa, chinesa, coreana etc.;</p> <p>4 Parda/Mulata: para a pessoa que se enquadrar como mulata, cabocla, cafuza, mameluco ou mestiça de preto com outra cor ou raça;</p> <p>5 Indígena: - para a pessoa que se enquadrar como indígena ou se declarar índia</p> <p>8 Não Sabe: - quando o entrevistado não sabe informar ou se recusa a se classificar</p>	<p>Consideram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declara indígena ou índia):</p> <p>2 – Branca</p> <p>4 – Preta</p> <p>6 – Amarela</p> <p>8 – Parda</p> <p>0 – Indígena</p> <p>9 – Sem declaração</p>	<p>1 - Branca</p> <p>2 - Preta</p> <p>3 - Parda</p> <p>4 - Amarela</p> <p>0 - Sem declaração</p> <p>Obs.: O registro desta questão decorre da observação do pesquisador.</p>
Rendimento Bruto do Trabalho (somente considerados os valores não nulos).	<p>Considera-se Rendimento Mensal Bruto do trabalho a remuneração mensal proveniente do trabalho</p>	<p>Para os empregadores e conta própria - A retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de referência.</p> <p>Entendeu-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que</p>	<p>Rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência social) efetivamente recebido pelo ocupado, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da entrevista. Esta remuneração pode ser resultante do trabalho principal, de trabalhos adicionais ou de pensão/aposentadoria, paga por uma só fonte, por várias delas ou de todas ao mesmo tempo. Para os assalariados são considerados descontos por falta,</p>

Variável	Pesquisa		
	PDAD 2013	PNAD 2014	PED 2015
		explorava um empreendimento como conta própria ou empregadora.	etc., ou acréscimos devido a horas extras, gratificações, etc. O décimo-terceiro salário e os benefícios indiretos não são computados nesta situação. Para os empregadores, contas-próprias e demais é considerada a retirada mensal, não incluindo os lucros do trabalho, da empresa ou do negócio. Quando o empregado assalariado começou a trabalhar recentemente e, por isso, ainda não recebeu a remuneração correspondente ao mês de referência é registrada sua remuneração contratual. Se o trabalhador iniciou seu trabalho atual no mês da pesquisa sua remuneração é igual a "zero".
Anos de Estudo	A informação foi construída a partir da variável "Nível de Escolaridade", seguindo o seguinte critério: 1 Analfabeto (15 Anos Ou Mais) = 0 19 Crianças de 6 a 14 anos fora da escola = 0 88 Não Sabe = 0 99 Menor de 6 anos fora da escola." = 0 2 Sabe ler e escrever (15 anos ou mais) = 2 3 Alfabetização de adultos = 2 4 Maternal e creche = 3 5 Jardim i e ii /pre escolar = 3 6 EJA Fundamental Incompleto = 3 10 Ensino Fundamental Incompleto = 3 7 EJA Fundamental Completo = 4 11 Ensino Fundamental Completo = 4	A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12	A informação foi construída com base na última série (c101) e grau concluídos (c102). Assim, se o último grau concluído foi o primeiro, então o número de anos de estudo corresponde ao número da série informada (de 1 a 8). Se o último grau concluído foi o segundo, então o número de anos de estudos corresponde a 8 + a última série concluída (1 a 3). Similarmente, se o último grau concluído foi o terceiro, então o número de anos de estudo corresponde a 8 + 3 + a última série concluída (1 a 6). Indivíduos que declararam que nunca frequentaram a escola receberam o valor nulo e os que declararam que a informação <i>não se aplica</i> foram tratados como <i>missing</i> .

Variável	Pesquisa		
	PDAD 2013	PNAD 2014	PED 2015
<p>8 EJA Ensino Medio Incompleto = 5 12 Ensino Medio Incompleto = 5 9 EJA Ensino Medio Completo = 6 13 Ensino Medio Completo = 6 14 Superior Incompleto = 7 15 Superior Completo = 8 16 Curso de especialização = 9 17 Mestrado = 9 18 Doutorado = 9</p> <p>Como:</p> <p>0 = Sem escolaridade 2 = Alfabetizado 3 = Fundamental Incompleto 4 = Fundamental completo 5 = Médio Incompleto 6 = Médio completo 7 = Superior incompleto 8 = Superior completo 9 = Pós-graduação</p> <p>Imputação da variável de anos de estudo</p> <p>0 = Sem escolaridade = 0 2 = Alfabetizado = 1 3 = Fundamental Incompleto = 6</p>	<p>anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação. As pessoas com informações que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo “não determinados”.</p> <p>Tendo em vista o período de transição da mudança da duração do ensino fundamental, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos, o que possibilita a comparação dos resultados com os das pesquisas anteriores. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim, sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.</p>		

Variável	Pesquisa		
	PDAD 2013	PNAD 2014	PED 2015
	4 = Fundamental completo = 8 5 = Médio Incompleto = 10 6 = Médio completo = 11 7 = Superior incompleto = 3 8 = Superior completo = 15 9 = Pós-graduação = 17		
Idade	A idade da pessoa entrevistada em anos completos e de forma presumida quando não souber a idade exata.	A investigação da idade foi feita por meio da pesquisa do dia, mês e ano de nascimento da pessoa ou da idade presumida da pessoa que não soubesse a data de nascimento. A idade foi calculada em relação à data de referência.	0 a 99 - Número de anos completos 101 - Sem declaração Limite superior é 99. Valores acima do limite são convertidos para 99.

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br